

Moradores enfrentam dificuldades para conseguir remédios nos postos de saúde

Amanda Sakumoto

A falta de medicamentos distribuídos pelas prefeituras e governo do Estado é uma novela sem fim. Todo mês, os pacientes precisam ir pessoalmente aos postos para saber se o remédio chegou. Mesmo na pandemia, poucos locais dão informação por telefone. Desde outubro do ano passado, o morador de São Bernardo, Airton Brito, não encontra o medicamento omeprazol, na Unidade Básica de Saúde (UBS) Rudge Ramos. O medicamento, utilizado pela mãe há cerca de 10 anos, é para tratamento de úlceras gástricas (estômago) e duodenais (intestino), e refluxo gastroesofágico. O fármaco faz parte da lista de medicamentos fornecidos pelo SUS e segue em falta na rede de saúde da cidade.

Em nota, a Prefeitura informa que há atrasos na entrega do medicamento pelo fornecedor. “Para não ficar sem a medicação, minha mãe tem comprado o remédio, mas ela é aposentada e [a retirada na UBS] faz falta”, afirma Brito.

Outro medicamento que está em falta na rede de São Bernardo é o Nitrofurantoína, utilizado no tratamento de infecções urinárias agudas e crônicas, como cistites. A ausência se dá por conta do preço cobrado pelo fornecedor estar acima do valor de referência do município, segundo informações da Prefeitura.

Em Mauá, o morador Leonardo de Almeida Cruz, faz uso do medicamento Levotiroxina, indicado para casos de hipotireoidismo ou de supressão do hormônio TSH da hipófise, há 15 anos, e não encontra o medicamento na UBS do Jardim Feital. “Só conseguimos informações de forma presencial, ajudaria muito se houvesse um canal de comunicação para evitar o deslocamento”, afirma Cruz. Contatada, a Prefeitura de Mauá não retornou sobre o estoque de medicamentos.

Insumos

Moradores também relatam a falta de insumos. Em Rio Grande da Serra, desde novembro do ano passado, Therezinha Oliveira tenta retirar tiras para medição de glicose, na UBS Vila Conde. Há mais de 10 anos, a mãe, com 75 anos, faz uso das tiras para controle do diabetes quatro vezes ao dia. O gasto mensal com o insumo é de cerca de R\$ 100. “Ela ainda precisa comprar outros medicamentos, como insulina basaglar (cerca de R\$ 220), alupurinol, remédio de pressão e outras fórmulas”, conta.

Quando entra em contato com a unidade de saúde, Therezinha recebe sempre a mesma informação. “Não há previsão de reposição do remédio, é o que me falam diariamente, por telefone”, afirma. “Infelizmente a saúde em Rio Grande está um descaso total com a população”, ressalta. A Prefeitura de Rio Grande da Serra também não retornou sobre estoque de medicamentos em falta.

Diadema também enfrenta a falta de remédios na lista dos 89 fornecidos pela rede municipal, como vitaminas, antibiótico e antialérgico. Recentemente, houve falta de omeprazol e sulfato ferroso. Em nota, a Prefeitura informa que para evitar que os usuários fiquem desassistidos, busca a substituição por itens que possuam a mesma ação farmacológica e efetua compras emergenciais. “A falta de alguns itens se dá pela escassez do produto no mercado”, informa. Municípios podem obter informações diretamente com o setor de Assistência Farmacêutica, pelo telefone (11) 4057-7067, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

São Caetano informa que enfrenta falta de 20 medicamentos da lista de alto custo, fornecidos pelos governos do Estado e Federal, mas não destaca quais. Moradores podem obter informações pelo e-mail farmacia.municipal@saocaetanodosul.sp.gov.br ou pelos telefones (11) 4233-7528/4233-7690.

Já Ribeirão Pires fez planejamento para evitar desabastecimento de medicamentos e insumos farmacêuticos, e não enfrenta falta ou dificuldade de compra. Ao todo, 362 medicamentos fazem parte da lista de itens fornecidos pelo município à população, como paracetamol, omeprazol, ibuprofeno e dipirona.

A Prefeitura de Santo André não retornou os questionamento até o fechamento desta matéria.

Alto custo

O Hospital Estadual Mário Covas, em Santo André, é referência para retirada de medicamentos de alto custo na região. Desde dezembro do ano passado, o morador Antonio Carlos Bonaite, enfrenta dificuldades para dar continuidade ao tratamento da neta, de 9 anos, que sofre de puberdade precoce. A pequena faz uso do medicamento Leuprorelina 11,25 mg (injeção), em falta na Farmácia de Alto Custo do hospital.

A injeção deve ser aplicada a cada três meses, senão a menina pode menstruar antes do período mais adequado. Para não interromper o tratamento, a família compra as injeções, vendidas em doses mais baixas a serem aplicadas mensalmente, ao custo de R\$ 340 por aplicação. “Nós temos condições de pagar. Se nesse mês não chegar o medicamento novamente, compraremos outra dose e assim vamos vivendo com o descaso do Estado”, desabafa Bonaite.

No dia 14 de janeiro, Bonaite abriu reclamação no Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP). “Quero que o Ministério apure os motivos da falta da medicação. Isso pode acarretar problemas tanto físicos quanto psicológicos à minha neta e a outras crianças que sofrem com a mesma doença”, diz.

Na ocasião, a Coordenadoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Estado da Saúde informou que já havia realizado a compra do fármaco, mas há atraso na entrega pelo fornecedor, que está sujeito a multa por descumprimento do prazo. Até terça-feira (01/02), Bonaite recebeu informações do hospital de que o medicamento ainda estava em falta. “O MPSP me enviou um e-mail dizendo que remeteu a minha reclamação para o MP de Santo André, para verificação, e pediram 30 dias para dar retorno”, informa.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3057989/moradores-enfrentam-dificuldades-para-conseguir-remedios-nos-postos-de-saude/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário - Santo André/SP

Seção: Saúde